

Mediatização e enunciação: a construção da violência envolvendo crianças e adolescentes em jornais impressos brasileiros¹

Mediatization and enunciation: the construction of violence involving children and adolescents in Brazilian newspapers

Ivanise Hilbig de Andrade

ivaniseha@gmail.com

Jornalista. Mestre em Estudos de Linguagens (UFMS) e Doutora em Comunicação e Culturas Contemporâneas (UFBA). Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender os impactos da mediatização na enunciação jornalística a partir da análise da construção discursiva da violência envolvendo crianças e adolescentes operada por jornais impressos integrantes de um mesmo grupo de comunicação, sendo um de referência – *O Globo* – e um popular – *Extra*. Admite-se que a mediatização se insere nesse processo como uma condição de produção do discurso mediático sobre a violência ao interferir ou impactar nos modos de dizer do jornalismo; por reconfigurar a natureza das relações entre enunciadore (os jornais) e coenunciadores (leitores); e por estimular uma maior interpenetração de linguagens. Parte-se de uma análise discursiva da violência construída pelos jornais para entender como as transformações – tecnológicas e sociais – nos meios de comunicação e nas instâncias de produção, circulação e reconhecimento impactam a enunciação jornalística.

Palavras-chave: mediatização, enunciação, violência.

Abstract

This paper seeks to understand the impacts of mediatization on the journalistic enunciation based on the analysis of the discursive construction of violence involving children and adolescents operated by two Brazilian newspapers belonging to the same communication group, viz. *O Globo* and *Extra*. We assume that the process of mediatization is a condition of the production of the media's discourse about violence by interfering and impacting on the modes of enunciation of journalism, by reconfiguring the nature of the relations between enunciators (newspapers) and co-enunciators (readers), and by stimulating a greater interpenetration of languages. The article starts from a discursive analysis of the violence constructed by the newspapers to understand how the technological and social changes in the media and at the levels of production, circulation and recognition impact on journalistic enunciation.

Keywords: mediatization, enunciation, violence.

1 Introdução

O entendimento sobre violência, por ser histórico e contextual, transforma-se ao longo do tempo e, por

¹ Trabalho apresentado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) no I Seminário Internacional de Pesquisa em Mediatização e Processos Sociais, realizado de 12 a 15 de dezembro de 2016 em São Leopoldo (RS) pela Unisinos.

consequente, os sentidos a ele associados e os enunciados que são produzidos. Hoje, com a globalização (econômica, cultural, de informação) e a complexificação da mediatização, que possibilitam maior circulação e acesso aos discursos, os *media* estão colocados no centro de um processo cada vez mais amplo de publicização da violência. De acordo com o sociólogo francês Michel Wieviorka (2005), os meios de comunicação são parte do sistema social e

operam sobre situações reais. Isto é, a produção mediática reenvia simbolicamente a experiências concretas de seu público, conferindo visibilidade a formas de violência, por vezes extremas, que irrompem fora do previsível e do rotineiro. A violência é o acontecimento a partir do qual as pessoas produzem (sua) história e se questionam sobre o seu lugar social. Os meios de comunicação fazem, por sua vez, o trabalho de elevar essa história à categoria de um conhecimento que circula, que é difundido e ressignificado, conferindo-lhe, assim, sentidos sociais, culturais, políticos.

No atual cenário de mediatização, as transformações na circulação e no acesso a produtos culturais têm impactado os meios de comunicação. No que se refere à imprensa brasileira, verifica-se, a partir do final da década de 1990, um processo de segmentação e criação de jornais populares² ligados a grandes grupos de comunicação consolidados no mercado e com histórico de publicação de jornais de referência³ como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Zero Hora*. É sobre este contexto que esta pesquisa se articula: no entendimento de que a segmentação, como parte dos processos de mediatização, instaura novas possibilidades de acesso a produtos e a emergência de outros públicos consumidores de *medias* – os leitores das classes C, D e E –, provocando a expansão e a distinção de produtos e públicos, por parte dos grandes grupos de comunicação do Brasil.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender os impactos da mediatização na enunciação jornalística a partir da análise da construção discursiva da violência operada por jornais impressos integrantes de um mesmo grupo de comunicação, sendo um de referência e um popular. Admite-se que a mediatização se insere nesse processo como uma condição de produção do discurso mediático sobre a violência ao interferir ou impactar nos modos de dizer do jornalismo; por reconfigurar a natureza das relações entre enunciadores (os jornais)

2 O jornalismo popular tem origem em uma matriz dramática, muito ligada ao modo de funcionamento dos *fait-divers*. A matriz dramática, segundo Amaral (2004), é fruto de uma concepção religiosa e dicotômica do mundo. Utiliza-se de uma linguagem mais concreta, baseada em imagens e restrita em conceitos ou contextualizações sócio-históricas. O conteúdo produz efeito estético e dramático, remetendo a um jornalismo “ficcional” (Garcin-Marrou, 2007, p. 91).

3 Aos jornais considerados de referência se costumam associar as ideias de tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural); e possuir índices elevados de tiragem e circulação (Zamin, 2014). “O jornalismo de referência tem sua deontologia e suas regras discursivas baseadas nessa Matriz racional-iluminista, especialmente de corte liberal. Na raiz liberal, o jornal é o órgão de informação e de expressão da classe política, cujo objeto central é a coisa pública, o que interessa ao cidadão” (Amaral, 2004, p. 58).

e coenunciadores (leitores); e por estimular uma maior interpenetração de linguagens.

Parte-se de uma análise discursiva da violência construída pelos jornais *O Globo* e *Extra* com a finalidade de entender como as transformações – tecnológicas e sociais – nos meios de comunicação e nas instâncias de produção, circulação e reconhecimento impactam a enunciação jornalística. A mediatização, nessa perspectiva, é entendida não apenas como um conceito que advém de tais mutações da sociedade, mas como uma conjuntura mais alargada do modo como as pessoas, as instituições e os *media* constroem sentidos.

Para isso, realizou-se uma análise diacrônica das regularidades enunciativas a partir de um *corpus* composto de 231 matérias jornalísticas veiculadas nos dois jornais entre os anos de 2000 e 2014 – período de consolidação dos jornais populares ligados a grandes grupos de comunicação no Brasil⁴.

O Grupo Globo é hoje um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina, tendo iniciado sua trajetória em 1925, com a fundação do jornal *O Globo* no Rio de Janeiro, e ampliado sua atuação aos diversos meios de comunicação nas décadas seguintes. Em 1998, funda o *Extra*, um jornal de viés popular voltado para um público que não tinha o hábito de consumir mídia impressa. Os jornais *O Globo* e *Extra* configuram-se, assim, como publicações complementares no interior de um mesmo grupo de comunicação. Enquanto sujeitos sociais e discursivos, compartilham um posicionamento institucional de grupo que se configura na partilha de rotinas produtivas e conteúdos, mesmo que as estratégias enunciativas de cada jornal sejam distintas.

A pesquisa situa-se, assim, no campo da Comunicação, prioritariamente dentro de uma abordagem semi-discursiva, que se volta ao estudo da produção de sentido pelos *media*. Inicialmente, o trabalho realiza uma reflexão teórica sobre os conceitos de mediatização e enunciação, em seguida apresenta a metodologia e o *corpus* de análise para, por fim, discorrer sobre os resultados das análises.

2 Mediatização e enunciação

A criação, avanço e utilização de dispositivos técnicos de comunicação (escrita, imprensa, TV, Internet, etc.) possibilitam autonomia, persistência e acesso aos sentidos produzidos pela ação das pessoas (Verón, 2013), gerando

4 Este trabalho apresenta parte dos resultados de análise da tese de doutorado “A construção discursiva da violência envolvendo crianças e adolescentes em jornais impressos brasileiros: Um estudo de caso dos jornais *O Globo* e *Extra* de 2000 a 2014”, defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA).

novas ambiências enunciativas (Fausto Neto, 2008) e impactando nas interações humanas (Braga, 2006). Assim, as relações que se estabelecem entre enunciadore e coenunciadore se reconfiguram na medida em que a mediatização permite maior fluidez dos sujeitos sociais no interior do dispositivo de enunciação. Isto é, as imagens que enunciadore e coenunciadore fazem de si e do outro podem ser pensadas em novos termos com a mediatização: o enunciadore cria uma imagem de si e do destinatário, que, por seu turno, cria uma imagem de si enquanto coenunciadore e também como enunciadore.

Mediatização e enunciação se interpenetram por ser a primeira uma condição de produção, uma conjuntura ou ambiência, que forja os atos enunciativos. Dessa forma, na medida em que os processos de mediatização se complexificam, os dispositivos de enunciação também se reconfiguram. De acordo com Eliseo Verón (2013), segundo uma perspectiva socioantropológica, a mediatização existe desde que o *homo sapiens* começou a exteriorizar seus pensamentos e seus processos cognitivos. Porém, com o surgimento e avanço das novas tecnologias de comunicação – e suas redes sociais de produção, transmissão, troca, circulação e recepção de informações, ou seja, de sentidos mediatizados – as relações que se estabelecem entre enunciadore e coenunciadore se tornaram mais complexas, interpenetradas e fluidas.

O conceito de mediatização, ainda em construção e pleno de controvérsias⁵, emerge no diálogo com outras noções, como sociedade mediática e globalização, marcado, por esse aspecto, pelo surgimento e avanço de tecnologias de comunicação. Mais próximo de uma perspectiva funcionalista e tecnicista, que considera os meios de comunicação o principal pilar dos processos de mediatização, Stig Hjarvard (2012) sustenta que a mediatização surge como um novo quadro teórico para reconsiderar questões antigas, embora fundamentais, sobre o papel e a influência da mídia na cultura e na sociedade. Segundo ele:

*Por mediatização da sociedade, entendemos o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma **dualidade** em que os meios de comunicação passaram a estar **integrados** às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais **em pleno direito**. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação (Hjarvard, 2012, p. 64; grifos do autor).*

5 Ver, entre outros: Deacon e Stanyer, 2014; Hepp, Hjarvard e Lundby, 2015.

O autor defende que a lógica da mídia influencia a forma que a comunicação adquire, a natureza e a função das relações sociais, bem como os emissores, o conteúdo e os receptores dos processos comunicativos. A mediatização, para o autor, “não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades”, mas uma “tendência que se acelerou particularmente nos *últimos anos do século XX em sociedades modernas, altamente industrializadas e principalmente ocidentais*, ou seja, Europa, EUA, Japão, Austrália e assim por diante” (Hjarvard, 2012, p. 65; grifos do autor)⁶.

Por seu turno, Verón (2013) reflete que o processo de mediatização evoluiu, certamente, com as tecnologias; apesar disso, as preocupações sobre a presença, uso, interferência, participação dos meios nas práticas sociais, nos hábitos e indivíduos não mudam muito e devem continuar sendo o centro do debate. Seu objetivo era, desde a década de 1980 até suas últimas publicações sobre o tema, compreender a mediatização dentro de um quadro sociológico, histórico e antropológico de relações entre *media*, indivíduos e instituições.

Nos seus últimos textos sobre mediatização, Eliseo Verón passa a considerar o conceito não mais ligado apenas à presença e interação dos meios de comunicação na sociedade, mas como algo inerente ao ser humano, uma disposição da espécie (2012a; 2012b; 2013; 2014)⁷. Segundo ele, mediatização é uma “exteriorização de processos cognitivos” que se efetiva através de um “suporte material” – a pedra, a escrita, a imprensa, agora as imagens, a digitalização (Verón, 2012a, p. 18). Em outros termos, “a mediatização é, no contexto da evolução da espécie, a *sequência de fenômenos mediáticos históricos que resultam de determinadas materializações da semiose, obtidas por procedimentos técnicos*” (Verón, 2013, p. 147; grifos do autor, tradução nossa).

Para o semiótico, o conceito de mediatização surge para explicar como o *homo sapiens*, enquanto espécie produtora de signos, exterioriza essa produção signíca através de um suporte material, ou seja, utilizando-se de dispositivos técnicos de comunicação. “Quero dizer, o *sapiens* é um produtor de signos, mas nem toda produção de signos é mediática, algumas sim, outras não. Poderia-se

6 Sobre isso, Eliseo Verón reconhece que “a mediatização certamente não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, do passado e do presente”, mas, ainda assim, seria mais o “resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de Semiose” do que algo ligado apenas à existência dos *media* nas sociedades (Verón, 2014, p. 14).

7 Verón desenvolve um percurso histórico e antropológico sobre o surgimento dos primeiros fenômenos mediáticos e sua relação com a aceleração da evolução da espécie em *La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes* (2013, p. 171-184) e em *Teoría da mediatização: uma perspectiva semiológica e algumas de suas consequências* (2014, p. 13-19).

dizer assim: felizmente o *sapiens* segue praticando alguma semiose não mediatizada” (Verón, 2012a, p. 18).

A questão dos dispositivos técnicos de comunicação – os *media* – também é central no processo de mediatização, para o autor, porém não apenas relacionada à noção de meios de comunicação tal como entendida na sociedade moderna (imprensa, televisão, rádio, internet). De acordo com Verón, a relação entre produção de signos e a técnica está no primeiro instante da espécie *sapiens*, tendo começado em torno de 2,5 milhões de anos atrás, quando o homem iniciou a produção de ferramentas e utensílios de pedra, passando a exteriorizar seus processos cognitivos. A capacidade semiótica da espécie se expressa na produção de fenômenos mediáticos, consistindo da exteriorização dos processos mentais na forma de dispositivos materiais (Verón, 2012a; 2013; 2014).

Neste contexto, a mediatização “de novo não tem nada”, é apenas o nome para a “longa sequência histórica de fenômenos mediáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências” (Verón, 2014, p. 15-16). Mas ela apresenta, agora, “algumas características especiais” (Verón, 2012a, p. 18). Trata-se de um “sistema auto-organizante como todos os fenômenos da vida, aumenta a sua própria velocidade de mudança ao longo do tempo” (Verón, 2012b, p. 11; tradução nossa). A vantagem conceitual da perspectiva de longo prazo é importante, segundo o pesquisador, para fazer lembrar que o que está acontecendo nas sociedades da modernidade tardia começou, de fato, há muito tempo. Portanto, a produção de signos pelos seres humanos, a semiose social, não mudou. As transformações aconteceram no âmbito dos suportes através dos quais se processa a exteriorização cognitiva. O problema, para Verón, é compreender o papel – social, histórico – dos dispositivos técnicos de comunicação desde o aparecimento da escritura até os dias de hoje porque é sobre isso, afirma, que está ancorado o conceito de mediatização (Verón, 2012a).

Desde a fabricação dos primeiros utensílios e o surgimento da escrita – momento-chave da mediatização –, os dispositivos materiais tornaram-se mais estáveis, possibilitando a *autonomia* e a *persistência* dos signos por meio da materialização da mensagem. A *circulação da semiose mediatizada* constitui a terceira característica fundamental do processo de mediatização, junto com a *autonomia* dos emissores e receptores dos signos materializados resultante da exteriorização e a *persistência* no tempo desses signos. “Podemos completar, então, este primeiro modelo do fenômeno mediático, cujos três aspectos correspondem às três dimensões da semiose: a primeiridade é sua autonomia; a secundidade, sua persistência no tempo; a terceiridade, o conjunto de regras de sua circulação que definem as condições de acesso ao discurso” (Verón, 2013, p. 200; tradução nossa).

Especialmente sobre a terceira característica, o autor considera o surgimento da Internet a maior ruptura na história da mediatização: “*A WWW comporta uma mutação nas condições de acesso dos atores individuais à discursividade mediática, produzindo transformações inéditas nas condições de circulação*” (Verón, 2013, p. 281; grifos do autor, tradução nossa). O uso da Internet afeta progressivamente muitos aspectos das sociedades em processo de mediatização, como o acesso à cultura e ao conhecimento, a relação com o *Outro* e o vínculo do ator social com as instituições, a partir do momento em que permite introduzir os resultados discursivos das operações cognitivas de primeiridade, secundidade e terceiridade no ciberespaço (Verón, 2012b, p. 13).

Embora Verón passe a adotar uma noção ampliada e antropológica para o conceito de mediatização, é fato que suas reflexões datadas dos anos 1990 continuam atuais: os meios de comunicação assumem tamanha importância e autonomia na sociedade que passam a transformar práticas sociais já anteriormente estabilizadas. Sendo assim, é correto considerar que, ao instalar uma nova ambiência, processualidades e relações na sociedade, a produção de sentido, no interior da semiose social, também se altera. O que nos leva a concluir que, se a mediatização tem implicado a incorporação progressiva de novos registros significantes, torna-se decisivo considerá-la parte dos modos de dizer. Em outras palavras: a mediatização provoca transformações nos processos enunciativos, sendo, por isso, entendida como uma condição constitutiva do discurso.

Para Antonio Fausto Neto (2008; 2012), com a intensificação e a generalização das operações mediáticas de construção de sentidos, instala-se uma nova “ambiência interacional”, cujas práticas sociais são atravessadas por fluxos, operações e dimensões técnico-discursivas, reconfigurando os vínculos sociais – os contratos – que passam a se instituir por contatos, lógicas e operações dos *media*. Trata-se, segundo o autor, de uma problemática que atravessa a sociedade, complexificando a produção de sentidos e sua análise. “A mediatização institui novos ‘feixes de relações’, que passam por operações de linguagens” (Fausto Neto, 2012, p. 36-37), o que impacta nos atos enunciativos:

Já não se trata apenas de uma sociedade que lida apenas com a existência dos meios, mas de uma outra, cujo modo de funcionamento os elege de modo complexo. Trata-se de questão que transcende aos veículos em si, e que envolve cultura, lógica e operações mediáticas. A mediatização é um fator gerador de novas enunciacões, pois ela resulta da conversão de processos tecnológicos em meios, em situação de produção e de recepção de mensagens, afetando as relações entre ins-

tituições e os atores sociais (Fausto Neto, 2012, p. 37; grifos nossos).

Dessa forma, ao adotarmos a mediatização como uma condição constitutiva de discursos, fator gerador de novas enunciações, deslocamos a problemática dos *media* do âmbito dos campos sociais e também dos próprios meios de comunicação, conforme propõe Fausto Neto (2012), para o dos processos mediáticos e, mais especificamente, para a produção de sentido e as novas estruturas e operações enunciativas. Isso porque “a matéria significativa é complexificada por novos processos e operações de enunciação que deixam de se constituir e de se manifestar tão somente através de operações linguísticas *stricto sensu*” (Fausto Neto, 2012, p. 38).

Com o processo de mediatização em curso e, consequentemente, a nova ambiência de produção e circulação de sentidos que promove, verifica-se, segundo Verón (2013), uma aceleração do espaço-tempo nunca antes registrada na história, conduzindo a uma mudança de escalas da semiose social mediatizada. Cada vez mais as relações que os discursos mantêm com suas condições de produção e de reconhecimento estão em rápida transformação. Porém, nem toda produção de signos é mediática ou mediatizada (Verón, 2013). Isto é, a enunciação, enquanto “ato de colocar a língua em funcionamento” (Benveniste, 1989), não depende dos meios de comunicação para funcionar, embora a mediatização tenha favorecido de modo incontestável a autonomia dos signos, a persistência dos sentidos ao longo do tempo e a maior circulação da semiose.

Importante frisar que a “enunciação” é da ordem não do que é dito, mas do dizer e suas modalidades, ou seja, os modos de dizer; enquanto o “enunciado” é da ordem do que é dito. Em linhas gerais, o enunciado é o conteúdo, a materialidade do discurso (Verón, 2004). Em uma perspectiva da Análise de Discurso, segundo Maingueneau (2009, p. 56-57), a enunciação é processo e só se realiza na interação, ou seja, na relação enunciador/coenunciador. Pode ser definida como um acontecimento dentro de uma configuração de espaço-tempo específica (o *eu/tu* no *aqui/agora*) e está submetida a todo momento a constrangimentos propostos pelo gênero discursivo, pelo dispositivo de comunicação e pelo contexto. A enunciação é, portanto, uma configuração espaçotemporal de sentido materializada em um suporte a partir de um dispositivo. Essa configuração surge de determinadas condições que engendram a produção e o reconhecimento dos discursos.

Assim, considerando a existência de um dispositivo de enunciação que explica a relação entre enunciadore e coenunciadore por meio da construção de imagens de si e do destinatário da comunicação (Verón, 2004), pode-se afirmar que a complexificação da mediatização e as transformações tecnológicas dos dispositivos de comunicação

alteram a natureza das relações no interior do dispositivo de enunciação.

Se, como nos informa Benveniste (1989), o sujeito enunciador é uma instância que enuncia a partir de um lugar social/institucional e, quando faz isso, estabelece relações de representação e referenciação, é possível afirmar que a mediatização compacta a distância (a *décalage*) entre as instâncias de produção e de reconhecimento através do fortalecimento dos processos de circulação e acesso aos sentidos mediatizados. Dito de outra forma: a complexificação dos processos de mediatização cria novos “coenunciadore”, e isto impacta diretamente na natureza das relações no âmbito do dispositivo de enunciação.

Segundo Antonio Fausto Neto (2010), os estudos sobre a recepção têm mostrado há algum tempo que a instância de reconhecimento faz tantas outras coisas, distintas daquelas que são estimadas pelos produtores. Mas quando se trata da sociedade em processo de mediatização, o receptor é “re-situado” em outros papéis dentro da própria arquitetura comunicacional emergente (Fausto Neto, 2010, p. 6). Ou seja, mais do que se preocupar com a imagem projetada pelos produtores mediáticos (enunciadore) sobre os receptore (coenunciadore), o desafio hoje é compreender como a instância de reconhecimento se situa dentro da atual economia discursiva operada pelos meios de comunicação. As novas formas de interação e de relações entre produção/recepção, entre enunciador/coenunciador, advindas das reconfigurações na organização e circulação dos discursos na sociedade em processo de mediatização têm se refletido nos modos de dizer dos *media*.

Portanto, as lógicas sobre as quais se fundam as enunciações e a natureza das relações no âmbito do dispositivo de enunciação deslocam os sujeitos discursivos para novos espaços ou dispositivos. Segundo Fausto Neto (2010), no atual contexto de mediatização, meios de comunicação como o rádio, a televisão ou o jornal parecem desaparecer para se transformar em “superfícies multimidiáticas” controladas pelo receptor. E é nessa conjuntura de grandes transformações e rupturas nos modos de produção, de acesso e de consumo de produtos mediáticos – com o surgimento e emergência da Internet, por exemplo – que o receptor deixa de ser “meramente ativo” para ser o “operador/programador de seu próprio consumo multimidiático” (Verón, 2007, p. 14). Assim, a mediatização e a complexificação tecnológica dos dispositivos de comunicação têm provocado rupturas nos ambientes, nas temporalidades, nas práticas sociais e nas discursividades, além de transformar a natureza das relações no interior do dispositivo de enunciação na medida em que alteram as imagens e os posicionamentos dos sujeitos envolvidos no processo enunciativo (produtores e receptore), as lógicas de contatos entre eles e os modos de envio e reenvio de discursos.

Nesse contexto, busca-se analisar a seguir os impactos dos processos de mediatização na enunciação da imprensa a partir do estudo da construção discursiva da violência envolvendo crianças e adolescentes. Parte-se, conforme demonstrado, da ideia de que a complexificação da mediatização e as novas configurações das relações dos sujeitos enunciadorees alteram os modos de dizer dos *media*, no caso desta pesquisa, do jornalismo impresso.

3 Metodologia de seleção e análise

O *corpus* de análise é composto de matérias sobre violência envolvendo crianças e adolescentes publicadas entre os anos de 2000 e 2014 nos jornais cariocas *O Globo* e *Extra*. A amostra foi selecionada pelo método da “semana construída” (Kayser, 1953), em que uma semana completa é criada por sorteio de modo que, para cada ano, uma semana seja clipada e revisada.

O conjunto analítico divide-se em: um *corpus principal*, constituído de uma amostra selecionada aleatoriamente e de uma amostra de apoio formada para complementar e qualificar a análise – totalizando 159 matérias (82 do *Extra* e 77 de *O Globo*); e um *corpus secundário*, composto de reportagens e cadernos especiais produzidos sobre dois acontecimentos específicos: a morte do menino Wesley, vítima de bala perdida dentro de uma escola do Rio de Janeiro (2010), e o *Massacre em Realengo* (2011), que somam mais 72 páginas analisadas. Para selecionar, categorizar e analisar a amostra foram consideradas violações de direitos de crianças e adolescentes referendadas em leis, estatutos, códigos civis, tratados e declarações internacionais.

Em linhas gerais, o mapa analítico elaborado permite o estudo do conjunto significativo em busca de traços ou pistas que reenviem às condições de produção do discurso da violência envolvendo crianças e adolescentes nos jornais *O Globo* e *Extra*. Para a compreensão dos impactos da mediatização no modo de dizer dos jornais, a análise articula-se em três etapas, não necessariamente sequenciais mas inter-relacionadas, assumidas por Verón (2004) como três exigências para a análise do processo de produção de discursos de uma publicação: a regularidade das propriedades descritas (estratégias enunciativas recorrentes); as diferenças entre os jornais; e a sistematização das propriedades exibidas por cada jornal.

Tais exigências são cumpridas durante a análise de *layout*, títulos, fotografias, imagens, infografias, textos, bem como pela forma como são construídas as figuras da narrativa e como as vozes do discurso surgem e se articulam no texto. Em termos de operadores de análise, o estudo focalizou os dêiticos, as figuras e vozes discursivas, além do enquadramento enquanto moldura de sentido.

4 Mediatização e produção de sentido da violência nos jornais *O Globo* e *Extra*

A partir da análise dos jornais *O Globo* (RJ) e *Extra* (RJ), observou-se que, ao construir discursivamente a violência envolvendo crianças e adolescentes, especialmente quando se tratava de um acontecimento com maior potencial de agenciamento de sentidos de revolta, raiva, sofrimento, tanto o jornal *O Globo* quanto o *Extra* utilizavam matérias significantes semelhantes, apesar de suas linhas editoriais distintas.

As duas publicações compartilhavam conteúdos brutos, como fotografias, informações, infográficos, dados, declarações e até mesmo reportagens inteiras; contudo, a articulação dessas matérias significantes seguia a linha editorial própria de cada publicação. O que demonstra que dois jornais de um mesmo grupo de comunicação podem trabalhar em sinergia, compartilhando rotinas e conteúdos e, mesmo assim, produzir sentidos distintos sobre um mesmo fato noticiado, permanecendo alinhados a seus posicionamentos discursivos e institucionais e em conformidade com as expectativas de leitura de seus públicos. A prática do compartilhamento de conteúdo se configura, assim, como uma condição de produção do discurso que é engendrado por ambas as publicações.

Por exemplo, na repercussão de um caso em que a polícia militar é acusada de executar jovens e adolescentes, *O Globo* publica reportagem produzida pela equipe do *Extra*, conferindo o crédito no fim do texto e nas fotografias. Porém, as matérias significantes são articuladas na página compondo efeitos de sentido quase opostos (Figura 01). A notícia factual é a mesma, mas o *Extra* enquadra sua narrativa na execução dos adolescentes, destacando as cenas dramáticas do velório e a prisão dos acusados. Já *O Globo* inverte a ordem do texto, destacando, no *lead*, a prisão dos policiais e a reconstituição do crime, informando quem são e quais as idades das vítimas somente no final da matéria. Denota, assim, o que cada enunciadore julga mais importante para a sua produção de sentidos. Ou seja, *O Globo* coloca-se como o vigia da sociedade e denuncia a ineficiência do Poder Público na figura do político que integra a Comissão de Direitos Humanos e visita uma das vítimas no hospital. O *Extra*, por outro lado, evidencia a emoção, o choque e a revolta de familiares durante o velório.

No discurso dos números e estatísticas de *O Globo*, a pesquisa (a fonte documental) também fala. Ela é personificada em construções frásicas como: “a pesquisa diz que”, “informa que”, “mostra”, “revela”, “segundo o levantamento”. No entanto, não é apenas o compartilhamento de saberes especializados que emerge dos dados numéricos. Ao informar, logo no título ou no subtítulo, a idade da vítima ou a quantidade de mortos, por exemplo, *O Globo* continua fiel à estratégia enunciativa da objetividade e da credibilidade que os números fornecem, sem deixar de comover e chocar o coenunciador através de um discurso implicitamente emocional.

Na matéria “PESQUISA REVELA QUE 69% DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL TÊM MENOS DE 12 ANOS / Dados mostram ainda que 60,4% dos abusadores são os próprios parentes (O Globo, 07/10/2003), o enunciador justifica a adoção da estratégia de compartilhamento de levantamentos e estatísticas afirmando que “a idade das vítimas é o dado que mais choca entre os números apresentados pelos especialistas”. Sendo considerada a informação que mais choca, ela é elevada à categoria de título e/ou subtítulo, evidenciando, assim, que mesmo um pretense discurso sóbrio e referencial sobre a violência pode ser (e é com frequência) construído pela perspectiva da emoção, aliando informação e sedução.

No *Extra*, o discurso da emoção fica mais evidente quando o jornal recorre a histórias individuais para ilustrar o acontecimento. Na reportagem “Como nascem os anjos / INOCÊNCIA INTERROMPIDA PELA VIOLÊNCIA / Pesquisa feita pelo EXTRA mostra que, a cada três mortes de crianças de até 12 anos, uma aconteceu de forma violenta. Em 2007, 38% dos casos foram registrados na Zona Oeste, como o da menina Maria Fernanda, de 2 anos, que levou dois tiros quando passeava de bicicleta com o padrasto, na Vila Vintém. Após seis meses, o crime ainda está sem solução” (*Extra*, 27/08/2007, p. 6-7), o jornal conta, entre outras histórias, a morte prematura de uma menina de 2 anos de idade, atingida na cabeça por dois tiros enquanto “passeava de bicicleta com o padrasto”, na Zona Oeste do Rio (uma das mais perigosas da cidade, de acordo com o jornal). Quem se lamenta, chorando, é a avó: “A gente cuida, lapida e vem uma pessoa e tira a vida de quem mais amamos”. Para concluir, o *Extra* se veste de dor e de emoção e descreve a cena da casa, vazia pela falta da neta: “espaço preenchido pela Bíblia aberta no Salmo 44 e as roupas da menina ainda arrumadas”.

Após usar estrategicamente o caso da criança para abrir a matéria, o *Extra* informa que a cada três mortes de crianças com menos de 12 anos no Rio de Janeiro, uma havia sido de forma violenta e se compromete a “contar histórias de pequenas vítimas que morreram pela violência ou sem que se soubesse a causa de suas mortes”. Verifica-se que a publicação mantém a postura de exemplificar

o tema com o relato de dramas individuais, que representam os dramas coletivos com os quais seus leitores tendem a se identificar.

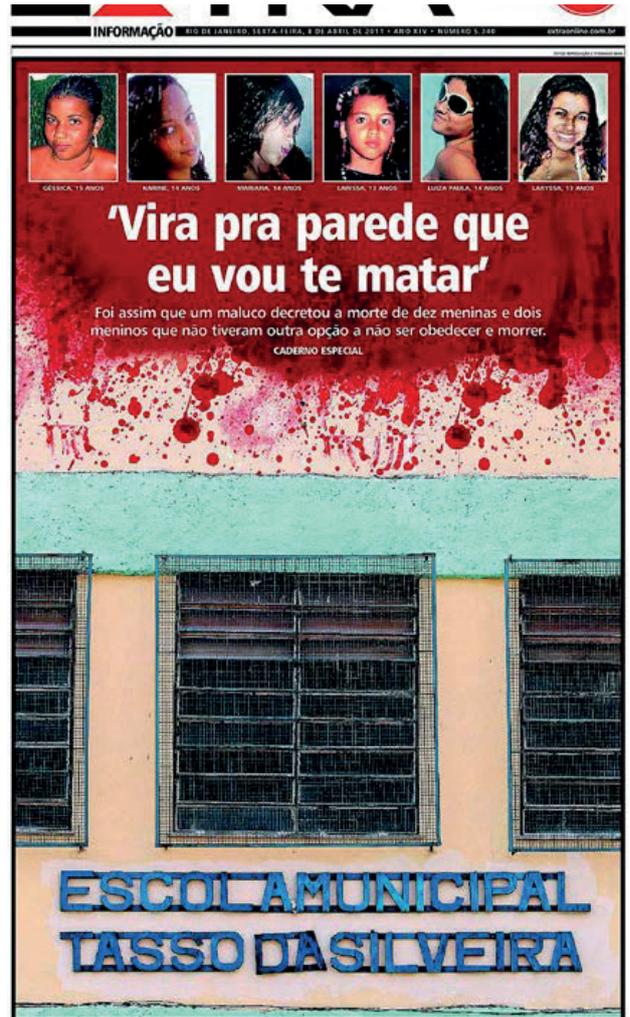
A depender da pauta, as duas publicações também compartilham emoções como medo, tristeza, raiva e revolta quando constroem a violência envolvendo crianças e adolescentes. Mas a emoção, n’*O Globo*, é contida e triste e, no *Extra*, aflorada e desesperada. Para além de se relacionarem com seus leitores pelo saber ou pela emoção, os jornais *O Globo* e *Extra* compartilham ainda experiências, em forma de memória sobre a violência no Rio de Janeiro (como sendo uma cidade com locais perigosos, hábitos inseguros, etc.).

As regularidades discursivas identificadas corroboram as expectativas de leitura construídas por cada publicação: o leitor dos números, mais racional, de *O Globo*; e o leitor das histórias, mais emocional, do *Extra*. As publicações permanecem fiéis, assim, a suas estratégias discursivas e critérios de noticiabilidade, em conformidade com o posicionamento discursivo e institucional adotado: *O Globo* comunicando-se com o público mais favorecido economicamente, com ensino superior e que mora nas áreas nobres da cidade; e o *Extra* comunicando-se com as classes média e baixa que residem principalmente nas periferias e comunidades.

Observa-se, todavia, que quando se trata de acontecimentos violentos com alto grau de ruptura da norma social (filhos que matam os pais, crianças de famílias ricas assassinadas pelos pais, massacres em escolas e mortes de crianças por balas perdidas, etc.), o *Extra* e *O Globo* mesclam estratégias enunciativas referenciais e populares. Atendem, assim, a uma série de anseios e expectativas dos seus públicos leitores – mais semelhantes em suas angústias, desejos e opiniões do que se supõe comumente, especialmente na atual ambiência de mediatização, com aumento de acesso e circulação de informação, em que a tendência é que os leitores dos jornais de referência e dos populares se tornem cada vez mais parecidos. Assim, tanto o leitor do *Extra* quanto o de *O Globo* querem saber e entender os números, bem como se emocionar com as histórias de vida.

A análise de dois acontecimentos com grande potencial de mobilização da arena pública de debate – a morte do menino Wesley por uma bala perdida dentro de sala de aula e o *Massacre em Realengo* – revelou que *O Globo* e o *Extra* operam a construção das narrativas recorrendo a uma economia de emoções e sensações, ancorando-se em estratégias discursivas que reforçam sentidos de medo, sofrimento e revolta. Isto é, quando os jornais relatam fatos que chocam e comovem (como as mortes por bala perdida ou chacinas em escolas), a tendência é de se aproximarem de uma fronteira comum: a da espetacularização da violência e da popularização do discurso (Figura 02).

Figura 02: Primeira página do caderno especial de *O Globo* (08/04/2011) e do *Extra* (08/04/2011).



Cada um dos jornais *acentua*, pois, determinados aspectos em suas construções discursivas, mas convergem no entendimento geral de que se trata de violências inaceitáveis, que comovem, revoltam, provocam raiva e indignação – devendo por isso ser tratadas como problemas públicos que merecem visibilidade. Os sujeitos enunciadorees constroem, assim, sentidos da violência aproveitando que a temática já é, por si só, um atrativo especial.

Reconhecemos as diferenças entre *O Globo* e *Extra*, mas verificamos que os dois jornais adotam, a depender da gravidade ou da excepcionalidade do acontecimento, a espetacularização do sentido da violência e do sofrimento envolvendo crianças e adolescentes como estratégia enunciativa para informar e seduzir. Compartilham, assim, não somente informações, mas também o entretenimento e a dramatização da vida cotidiana, caminhando para uma forma mais popular de produção da notícia do jornal impresso.

Esta conjunção de fatores mantém uma visada firme em estratégias enunciativas que enfatizam um “fazer-criar”,

um “fazer-saber” e, por fim, um “fazer-sentir”, possibilitando que matérias significantes semelhantes produzam efeitos de sentido diversos a depender de como são articuladas. Ou seja, os meios de comunicação podem noticiar um mesmo acontecimento, mas cada um deles engendrará novos e variados sentidos em sua produção, comprovando que a significação emerge no modo de dizer, na enunciação, e não apenas no que é dito.

Alguns acontecimentos que historicamente irrompem na esfera pública recebem o mesmo tratamento mediático porque ativam memórias partilhadas socialmente e são entendidos como desviantes e inaceitáveis – fazendo emergir mais fortemente discursos de medo, raiva, revolta, dor e sofrimento. Nestes casos, a tendência verificada na análise foi uma hibridização entre o jornal popular (*Extra*) e o referencial (*O Globo*), ambos operando um “fazer-saber” e um “fazer-sentir” em grandes proporções em suas estratégias enunciativas: *layout* mais colorido e com maior recorrência do preto e do vermelho; fotografias em tamanho grande e que ocupam páginas

inteiras; títulos situacionais que, para além de informar, indicam um estado, revelando a opinião do jornal sobre o fato noticiado; títulos em discurso direto e/ou em caixa-alta concedem a voz aos implicados diretos, conferindo maior concretude e dramaticidade ao relato; textos mais adjetivados e com vocabulário que remete ao léxico do binômio perda-dor.

Cada enunciador arquiteta, portanto, sua própria produção de sentido a partir dos elementos de que dispõe, das expectativas do seu leitor construído e de condições constitutivas de produção inerentes ao campo jornalístico, ao discurso da informação e ao contexto de mediatização – como o constrangimento da forma da notícia e da reportagem impressa, isto é, da contenção de sentidos imposta pelo próprio dispositivo, as mudanças tecnológicas e a reconfiguração da instância de reconhecimento e seus impactos na natureza das relações no interior do dispositivo de enunciação.

Ao analisar comparativamente duas publicações pertencentes a um mesmo grupo de comunicação, foi possível comprovar que, quando se trata de um mesmo acontecimento mediático com grande apelo emocional, dois jornais de matrizes diferentes podem utilizar estratégias convergentes, revelando uma tendência de aproximação em termos enunciativos, fruto de uma necessidade de adaptação ao atual contexto de mediatização. Os jornais *O Globo* e *Extra*, mesmo partilhando de um emissor empírico comum – o Grupo Globo –, algumas rotinas produtivas e conteúdos, situam-se de maneiras distintas no mercado editorial, mantendo-se fiéis ao posicionamento estabelecido na relação cotidiana com seus respectivos públicos. Apesar disso, fazer parte de um grupo de comunicação é condição constitutiva de produção do discurso, impactando, em maior ou menor grau, no modo de enunciação operado pelos sujeitos discursivos – mesmo que as evidências sejam sutis e inseridas dentro de um escopo ampliado de regularidades discursivas.

5 Considerações finais

Neste trabalho foi empreendida uma reflexão sobre a maneira pela qual os processos de mediatização se inscrevem na produção de sentido operada pelos *media* impactando, sobretudo, nos modos de enunciação jornalística. Buscou-se demonstrar que a mediatização se configura como uma condição de produção do discurso mediático impresso sobre a violência envolvendo crianças e adolescentes por, entre outras, reconfigurar a natureza das relações entre enunciadores (os jornais) e coenunciadores (leitores) e estimular uma maior interpenetração de linguagens – apropriando-se cada vez mais das formas textuais da Internet e do audiovisual.

Retomando o pensamento de Eliseo Verón (2013), a Internet representa, atualmente, a maior ruptura em termos de processos de mediatização por afetar muitos aspectos das sociedades, como o acesso à cultura e ao conhecimento, a relação com o Outro e o vínculo das pessoas com as instituições – até mesmo com as instituições mediáticas. A Internet permite introduzir os resultados discursivos das operações cognitivas de primeiridade, secundidade e terceiridade no ciberespaço, maximizando, em proporções nunca vistas, os processos de produção, circulação e reconhecimento de sentidos mediatizados e afetando, por consequência, os modos de enunciação dos meios de comunicação como um todo.

Pode-se especular, por fim, que a hibridização ou maior aproximação em termos de linguagens e modos de enunciação entre o jornal de referência e o popular, por exemplo, resulte dos processos de integração jornalística que ocorrem dentro de um mesmo grupo mediático em busca de abranger o máximo de nichos do mercado editorial. Porém, esta prática é observada em vários outros jornais e veículos de comunicação, principalmente na contemporaneidade hiperconectada e em processo de mediatização.

Para além dos interesses empresariais do grupo, estas apropriações de linguagens de outros *media* são fortemente determinadas pelas condições de produção e pelas relações entre os jornais e seus respectivos leitores, demonstrando que as publicações analisadas estão atentas às novas demandas da contemporaneidade. O estudo do dispositivo da enunciação – a relação entre enunciador e coenunciador – demonstra a atenção dos jornais *O Globo* e *Extra* aos hábitos de leitura de seus públicos, cada vez mais sintonizados com a convergência mediática.

Referências

- AMARAL, Márcia Franz. 2004. *Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em Comunicação e Informação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 273 p.
- ANDRADE, Ivanise Hilbig de; FERREIRA, Giovandro Marcus. 2015. Percurso da reflexão sobre a mediatização nos estudos de Eliseo Verón. In: *Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)*. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_COL.htm>. Acesso em: 13/12/2015.
- BENVENISTE, Émile. 1989. O aparelho formal da enunciação. In: É. BENVENISTE, *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas, Pontes, p. 81-90.
- BRAGA, José Luiz. 2006. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Universidade Federal de Santa Maria, NetMídia, 5(2):9-35, jul./dez.
- DEACON, D.; STANYER, J. 2014. Mediatization: Key Concept or Conceptual Bandwagon? *Media, Culture and Society*, 36(7):1032-1044.

- FAUSTO NETO, Antonio. 2008. Fragmentos de uma «analítica» da mediatização. *Revista MATRIZES*, São Paulo, 2:89-105.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2010. A circulação além das bordas. In: Antonio FAUSTO NETO; Sandra VALDETTARO (org.), *Mediatización, sociedad y sentido: Diálogos entre Brasil y Argentina*. Rosario, Universidad Nacional de Rosario, p. 02-17.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2012. AD – Rumos de uma nova analítica. In: Giovandro Marcus FERREIRA et al., *Mídia, discurso e sentido*. Salvador, Edufba, p. 27-42.
- GARCIN-MARROU, Isabelle. 2007. *Des violences et des médias*. Paris, L'Harmattan.
- HEPP, Andreas; HJARVARD, Stig; LUNDBY, Knut. 2015. Mediatization: Theorizing the Interplay between Media, Culture and Society. *Media, Culture & Society*, 37(2):314-322.
- HJARVARD, Stig. 2012. Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Revista Matrizes*, São Paulo, 5(2):53-91, jan./jun.
- KAYSER, Jacques. 1953. *Une semaine dans Le Monde: étude comparé de 17 grands quotidiens pendant 7 jours*. Paris, Unesco.
- MAINGUENEAU, Dominique. 2009. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris, Seuil. (Coll. Mémo).
- MATHEUS, Leticia Cantarela. 2011. *Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Rio de Janeiro, Mauad X.
- MEUNIER, Jean-Pierre. 1999. Dispositif et Théories de la Communication: deux concepts en rapport de codétermination. *Dossier Hermès*, n. 25, p. 83-91.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). 2012. *O Jornal: da forma ao sentido*. 3ª ed., Brasília, UnB.
- VERÓN, Eliseo. 2004. *Fragmentos de um tecido*. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo (RS), Editora Unisinos.
- VERÓN, Eliseo. 2007. *Sémiotique ouverte: itinéraires sémiotiques en communication*. Paris, Lavoisier.
- VERÓN, Eliseo. 2012a. Mediatização, novos regimes de significação, novas práticas analíticas? In: Giovandro FERREIRA; Adriano de Oliveira SAMPAIO; Antonio FAUSTO NETO (ed.), *Mídia, discurso e sentido*. Salvador, Edufba, p. 17-25.
- VERÓN, Eliseo. 2012b. Prólogo. In: Mario CARLON; Antônio FAUSTO NETO (org.), *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. Buenos Aires, La Crujía, p. 9-15.
- VERÓN, Eliseo. 2013. *La semiosis social 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires, Paidós.
- VERÓN, Eliseo. 2014. Teoria da mediatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Revista Matrizes*, São Paulo, 8(1):13-19, jan./jun.
- VERÓN, Eliseo; FISHER, Sophie. 1986. Théorie de l'énonciation et discours sociaux. In: *Etudes de Lettres*, Lausanne, p. 71-92, octobre-décembre.
- WIEVIORKA, Michel. 2005. *La violence*. Paris, Hachette Littératures.
- ZAMIN, Angela. 2014. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, 21(3):918-942, set.-dez.

Artigo submetido em 25-01-2017

Aceito em 01-07-2018